REMAS
REVISTA METODISTA DE ADMINISTRAÇÃO DO SUL

INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DO PROJETO DE UMA ASSOCIAÇÃO

Fabiana Ferreira
ferrfabi@hotmail.com
Bacharel em Administração
Centro Universitário Metodista - IPA - RS / Brasil

Maria D'Lourdes Guimarães Rotermund
Professora Mestre do Curso de Administração
Centro Universitário Metodista – IPA – RS / Brasil

RESUMO

A presente pesquisa foi realizada no Centro Estadual de Treinamento (CETE) na cidade de Porto Alegre, com objetivo principal de identificar como o projeto da Associação X contribui na inclusão social das crianças com deficiência participantes do projeto. Os objetivos específicos da pesquisa foram descrever as ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo projeto que permitem a inclusão social; verificar a percepção dos alunos PCDs que participam do projeto quanto às ações de responsabilidade social e o que representam para eles; e identificar a percepção das famílias dessas crianças sobre as práticas realizadas no projeto. A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, respectivamente dirigido a alunos, pais de alunos e gestores do projeto da Associação X, em Porto Alegre. A partir dos dados coletados observou-se que, as ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo projeto são atividades que buscam proporcionar um espaço de desenvolvimento social, esporte e protagonismo social. Quanto à percepção dos alunos em relação às ações de responsabilidade social praticadas no projeto, eles reconhecem a importância delas e se apropriam dessas atividades para aumentar sua confiança, autoestima e autonomia. Na percepção dos pais, embora eles não participem ativamente das atividades, eles reconhecem a importância do projeto na vida dos filhos, na melhora da qualidade de vida, autonomia e independência dos mesmos quando participam das atividades do projeto, assim como ganham mais tempo

para realizar as próprias atividades. No que diz respeito ao objetivo principal da pesquisa, identificar como o projeto da Associação X contribui na inclusão social de PCDs, pôde-se observar que a Associação X está engajada na inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência, através da criação de condições e oportunidades de acesso à prática esportiva, construindo um cidadão crítico, autônomo e independente no meio social.
Palavras-Chave: responsabilidade social, protagonismo social, pessoas com deficiência.

SOCIAL INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES FROM THE ASSOCIATION'S PROJECT

ABSTRACT

The present research was carried out at the State Training Center (CETE) in the city of Porto Alegre, with the main objective of verifying the social responsibility actions of the Association X in the social inclusion of children with disabilities participating in the project. The specific objectives of the research were to describe the social responsibility actions developed by the project that allow social inclusion; to verify the perception of the PCDs students that participate in the project regarding the social responsibility actions and what they represent for them; and to identify the perception of the families of these children on the practices carried out in the project. The research was qualitative, directed respectively to students, parents of students and project managers of the Association X, in Porto Alegre. Based on the data collected, it was observed that the social responsibility actions developed by the project are activities that seek to provide a space for social development, sport and social protagonism. Regarding the students' perception of the social responsibility actions practiced in the project, they recognize their importance and appropriate these activities to increase their confidence, self-esteem and autonomy. In the perception of the parents, although they do not actively participate in the activities, they recognize the importance of the project in their children's lives, in the improvement of their quality of life, autonomy and independence when participating in the project activities, as well as gain more time to perform activities. Regarding the main objective of the research, to identify how the Association's project contributes to the social inclusion of PCDs, it can be observed that the Association

is engaged in the social inclusion of children and adolescents with disabilities, through the creation of conditions and opportunities to access sports practice, building a critical, autonomous and independent citizen in the social environment.
Key-words: social responsibility, social protagonism, people with disabilities.

INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência (PCD) é uma preocupação da sociedade. Ratificando essa informação, em julho de 2015, foi instituída a Lei 13.146, de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que considera a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (BRASIL, 2015). Essa lei assegura as PCDs a promoção, em condições de igualdade, do exercício dos direitos e das liberdades fundamentais visando à sua inclusão social e à cidadania.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem aproximadamente 45,6 milhões de brasileiros que declaram possuir algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora ou intelectual). Para Maciel (2000), a falta de conhecimento da sociedade, em geral, transforma em estigma a deficiência, e por consequência, o deficiente é transformado em um ser incapaz, indefeso e sem direitos. Maciel (2000) ainda critica os planos de governo, que na maioria das vezes, permanecem apenas nas leis, não são efetivos na prática. Cabe, muitas vezes, à iniciativa privada e à sociedade civil a inclusão social das pessoas com deficiência.

As empresas, segundo Ashley et al. (2006), precisam equacionar a necessidade de obter lucros, obedecer às leis e comportar-se eticamente, se envolvendo em projetos sociais com as comunidades nas quais estão inseridas, dar um retorno à sociedade. A esse retorno, dá-se o nome de responsabilidade

social. A maior parte das empresas que adotam postura socialmente responsável possui um crescimento mais sustentável, ganhos de imagem e visibilidade. A responsabilidade social (RS) passou a ter visibilidade no Brasil a partir dos anos 90 (REIS, 2007). No século XXI, a RS das organizações perante seus colaboradores, fornecedores e suas redes de relacionamento tornou-se fator de competitividade nos negócios. Além de gestão de qualidade, preços, análises de mercado e concorrência, as organizações que possuem selos de qualidade se destacam entre seus clientes e *stakeholders*. De acordo com Ashley et al. (2006), as organizações socialmente responsáveis atraem os melhores profissionais, mesmo que signifique um salário menor que o do mercado. O aumento da produtividade, resultado de um ambiente de trabalho renovado pela oportunidade de aprendizado e dos exemplos vivenciados nas ações sociais é o maior retorno obtido e esperado pelas empresas em todo processo de gestão dos investimentos sociais no seu público interno (MELO NETO; FROES, 2001). Em empresas socialmente responsáveis, seus empregados são "porta-vozes da empresa na sociedade e na comunidade." (MELO NETO; FROES, 2001, p. 109).

Para Melo Neto e Froes (2001) seria necessário que fosse criado um novo paradigma, que fizesse os empresários repensarem os negócios sob uma ótica social. A RS, para Ashley et al. (2006), tem de ser pensada em relação à inserção das organizações em um complexo mundo social e cultural, orientado por determinados valores e normas culturais comuns àquela sociedade. Não se pode confundir, no entanto, responsabilidade social com filantropia ou assistência social, visto que a primeira é entendida como um processo de melhoria contínua na relação do crescimento da empresa com a sociedade, funcionários, parceiros e meio ambiente e a outra se baseia no assistencialismo. A filantropia é, inclusive, uma das saídas mais utilizadas pelas

companhias, que, para Melo Neto e Froes (2001), se aproximam da sociedade por meio de doações e apoio a programas e campanhas sociais do governo; e mais recentemente mediante projetos sociais inovadores e de fomento ao desenvolvimento socioeducativo, artístico e cultural.

Enquanto ocorre esse processo de inserção, aparece o conceito de inclusão social, que segundo Silva e Araújo (2012), se constitui como um processo bilateral, onde as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar os problemas e criar oportunidades de empoderamento para todos. O esporte é um processo de inclusão social e está associado à saúde, ao lazer, ao bem-estar, à cidadania, atuando na promoção da autoestima e do bem estar e a qualidade de vida dos indivíduos.

Diante do contexto acima, tem-se como problema de pesquisa: Como o projeto de uma Associação X, desenvolvido no Centro de Treinamento do Estado do Rio Grande do Sul (CETE), contribui através das suas atividades na inclusão social das PCDs que participam do projeto?

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa de identificar como o projeto da Associação X, desenvolvido no CETE, contribui na inclusão social de PCDs, foram traçados três objetivos específicos que auxiliaram a autora. O primeiro foi descrever as ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo Projeto da Associação X no CETE que permitem a inclusão social dos PCDs; o segundo, verificar a percepção dos alunos PCDs, participantes das atividades do Projeto, quanto às ações de responsabilidade social praticadas no CETE e o que representam para eles essas iniciativas; e o terceiro, identificar a percepção das famílias dos alunos PCDs sobre as práticas realizadas pelo Projeto.

A legislação brasileira evoluiu na defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência. A lei 8.213/91, Art. 93, define

que no quadro de pessoal de empresas com 100 ou mais empregados deve constar um percentual de deficientes, de 2% a 5%, de acordo com o número de funcionários (BRASIL, 1991). Para organizações que descumprem o que está previsto na lei, são aplicadas multas administrativas, processos e até mesmo reclusão por "praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência" (art. 88da lei 13.146/2010).

A concepção que a sociedade tem sobre deficiência influencia diretamente nas relações sociais e nas ações pensadas e praticadas em relação a eles. Para Araujo; Schmidt (2006), as pessoas com deficiência representam uma minoria na sociedade, fato que favoreceu à sua marginalização e exclusão, inclusive ao acesso à educação e sua inserção social. Existem muitas organizações, no entanto, que desenvolvem projetos socialmente responsáveis buscando alternativas para capacitar e estimular a participação de PCDs proporcionando uma vida digna e independente, que dissemina novos valores que restauram a solidariedade social, a coesão social e o compromisso social com a equidade, a dignidade, a liberdade, a democracia e a melhoria da qualidade de vida de todos que vivem na sociedade (MELO NETO; FROES, 2001).

Para a pesquisadora, a relevância do tema está em integrar área de interesse pessoal, o esporte, com área do conhecimento técnico, de estudo, a responsabilidade social. Para a Instituição de Ensino Superior (IES), que pratica a RS, a autora apresentará ao fim desta pesquisa uma descrição de como a responsabilidade social, através de um projeto de prática de basquete em cadeira de rodas proporciona a inclusão social de pessoas com deficiência, participantes desse projeto. A área de pesquisa a ser seguida neste trabalho está vinculada a linha de pesquisa de Responsabilidade Social conforme as áreas de conhecimento estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação

de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para área de Administração.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Filantropia e Responsabilidade Social

Empresários e investidores esperam ansiosamente por resultados e direcionam sua atenção às suas responsabilidades econômica, legal e também às responsabilidades ética, moral e social. Nesse caso, não se trata somente de retorno financeiro, mas de um retorno social. Para Melo Neto e Froes (2001), a consciência social dos empresários despertou quando perceberam que os problemas sociais atrapalhavam o desenvolvimento dos negócios. Ashley et al. (2006) complementam esta exposição afirmando que "as organizações terão de aprender a equacionar a necessidade de obter lucros, obedecer às leis, ter um comportamento ético e envolver-se em alguma forma de filantropia para com as comunidades em que se inserem." (ASHLEY et al., 2006, p. 6).

Melo Neto e Froes (2001) definem a filantropia como início da responsabilidade social, baseada no assistencialismo, na prática individual do empresário e a responsabilidade social tem estreita relação com consciência social, coletivo, envolvendo ações dos funcionários, gestores, fornecedores, acionistas, clientes e demais parceiros da empresa, valorizando a cidadania e promovendo a inclusão social. Quanto ao retorno recebido internamente pelas empresas socialmente responsáveis, os autores afirmam que elas aumentam a produtividade no trabalho, criam maior motivação, autoestima e orgulho entre os funcionários. O exercício da RS corporativa gera retornos social, institucional, tributário-fiscal, de mídia, econômico para a empresa; aprimorando os relacionamentos

com seus diversos públicos além de promover o desenvolvimento sustentável local e da região.

Ashley et al (2006) reforçam a necessidade de adequação das empresas ao conceito de RS, tendo em vista que a preocupação com a responsabilidade social tornou-se um diferencial tornando as organizações mais produtivas e garantindo o respeito e valorização do público. A maior parte das empresas que adotam postura socialmente responsável possui um crescimento mais sustentável, ganhos de imagem e visibilidade.

Ao procurar contribuir para o bem-estar da sociedade e do meio ambiente, bem como para seus resultados financeiros, a empresa evoluída evoca instintos – empatia e generosidade, paixão e ambição- que são mais do que apenas mercenários (HOLLENDER; BREEN, 2006). "À medida que estas forças modificadoras reformulam o cenário empresarial, as empresas rebeldes que se aproveitarem desse movimento ficarão à frente da curva de mudança e criarão valor real" (HOLLENDER; BREEN, 2006, p. 11). As ações sociais das empresas ganharam uma inusitada dimensão. Tornaram-se ações de natureza estratégica, com focos definidos, centrados nos clientes, na economia e no mercado.

Pessoas com Deficiência

A luta pela sobrevivência e pela cidadania são características que revelam a história das pessoas com deficiência. A deficiência é geralmente associada à incapacidade (OMS, 2011). No *site* "deficienteciente", Garcia (2010), descreve a história do tratamento recebido por PCDs ao longo dos anos. De forma geral, recebiam dois tipos de tratamento: a rejeição e a eliminação sumária, de um lado, e a proteção assistencialista, de outro. Durante o séc. XX, por exemplo, pessoas com deficiência foram submetidas a "experiências científicas" na Alemanha nazista. Ao mesmo tempo, mutilados de guerra

eram considerados heróis em países como os EUA, recebendo honrarias e tratamento em instituições de governo. Para Motta (2008), a partir da década de 90, a gestão da diversidade como recurso a ser administrado nas organizações, possibilitou a inclusão das PCDs no trabalho e maior ou menor adaptação das PCDs em função da forma como é gerida a questão da diversidade na organização.

Vale ressaltar que:

> [...] pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana. (BRASIL, 2011, p. 23).

Segundo a lei 13.146/2015, art. 2º, "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas." (BRASIL, 2015, paginação irregular). A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência admite que a deficiência não está na pessoa, mas na relação entre a pessoa (que tem impedimentos em alguma área) com o meio (barreiras), que impedem sua participação plena na sociedade. Segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) "a deficiência surge da interação entre problemas de saúde e fatores contextuais – fatores ambientais e pessoais." (OMS, 2012, p. 5). E segundo consta no Relatório Mundial de Saúde (OMS, 2012), o conceito de deficiência é visto não somente pela impossibilidade de realizar tarefas temporária ou permanentemente, mas também pelas dificuldades de acesso aos principais serviços.

Inclusão social e profissional de pessoas com deficiência

Segundo informações do Relatório Mundial Sobre deficiência, da Organização Mundial da Saúde, de 2012, as PCDs têm as piores perspectivas de saúde, participação econômica menor, níveis mais baixos de escolaridade e taxas de pobreza mais altas em comparação às pessoas sem deficiência. Sassaki (1997) entende que as PCDs são discriminadas e declaradas doentes, são considerados dependentes e incapazes de trabalhar. As próprias famílias, segundo Mello (1997), não têm preparo para receber um membro com deficiência. Como a deficiência não faz parte do universo da maioria, a nova realidade se torna traumática, dolorosa e irrealizável, tendendo a mudar a organização da vida desta família.

A história da exclusão, segundo Sassaki (1997), ocorria em seu sentido total, ou seja, as PCDs eram excluídas da sociedade para qualquer atividade. A partir do final da década de 60, uma nova abordagem, o movimento de integração social, deu início à inserção das PCDs nos sistemas sociais, como educação, lazer. Enquanto movimento, a prática de integração social teve maior impulso com o surgimento da luta pelos direitos das PCDs. Foi consenso entre as instituições envolvidas que a prática da integração social não era suficiente para acabar com a discriminação e propiciar participação plena com igualdade de oportunidades.

Para Sassaki (1997), o processo de inclusão social ocorre de forma bilateral, quando as pessoas excluídas e a sociedade buscam, juntas, equacionar problemas, definir soluções e efetivar a igualdade de oportunidade para todos. Carvalho (2007), no entanto, acredita que o processo de exclusão social ocorre quando se busca a 'normalidade', em vez de defender a diferença, sem preconceitos e discriminações. Para o autor, o processo de exclusão nem sempre é visível; é, no entanto, perverso e às vezes anônimo.

A ONU, em 1993, criou as Normas para equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência, um documento cujo objetivo principal consiste em garantir que as PCDs possam exercer os mesmos direitos e cumprir às mesmas obrigações dos outros cidadãos. Porém, o intuito das Normas não é o de obrigar a realização das mesmas, mas fazer com que o Estado, principalmente, junto às comunidades locais, adote medidas para que a sociedade adquira maior consciência dos direitos, necessidades, potencialidades e contribuição das PCDs, assim como sejam divulgadas as informações sobre programas e serviços disponíveis às PCDs, assim como às suas famílias.

A efetiva prática da inclusão depende, segundo Falkenbach (2010), da aceitação das diferenças individuais e do incentivo e promoção da valorização das pessoas e cooperação entre elas. O conhecimento e as atitudes são importantes fatores ambientais que afetam todas as áreas de fornecimento de serviços e vida social. Elevar a conscientização e desafiar as atitudes negativas costumam ser os primeiros passos para a criação de ambientes mais acessíveis para as PCDs. Cabe ressaltar que a "deficiência diminui à medida que se os obstáculos são removidos" (MOTTA, 2008, p. 32).

São frequentes e variadas as justificativas para que tudo permaneça como está e existam poucas iniciativas de integração (MANTOAN et al., 1997). O medo da mudança, do desconhecido e do possível fracasso traz como consequência a permanência da situação de segregação. Para a autora, o movimento de vida independente ainda é pequeno no que diz respeito à questão das normalizações e a oferta de chances igualitárias para esta população.

Sassaki (1997) determina fatores pelos quais as PCDs têm sido excluídas do mercado de trabalho: falta de escolaridade, falta de meios de transporte, falta de apoio das famílias e falta de qualificação para o trabalho. Porém, contrariando a

lógica excludente do mercado, segundo dados apresentados no Censo do IBGE (2010) a quantidade de PCDs alfabetizadas é de aproximadamente 89%. E para garantir a inserção dos milhares de brasileiros com deficiência, foram criadas e instituídas algumas leis, como por exemplo, a lei 8.213/91, a Lei da Previdência Social, Art. 93, que faz referência à reserva de vagas para pessoas com deficiência nas empresas: de 2% (para empresas com até 200 empregados), 3% (de 201 a 500 empregados), 4% (de 501 a 1000 empregados) e 5% (a partir de 1001 empregados). Porém, embora existam leis que obrigam e penalizam as empresas que não as cumpre, pode-se perceber que as empresas não estão cumprindo as regras.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, de 2016, o estoque de empregos formais das PCDs cresceu 3,8% (+15,3 mil vínculos empregatícios). O número de PCDs empregadas, em 2016, chegou a 418,5 mil (BRASIL, 2016). No entanto, a série histórica 2010-2016 sinaliza uma tendência de baixa participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal. Em 2010, havia 306,0 mil PCDs empregados, já em 2016, o número evoluiu para 418,5 mil. Em seis anos, a participação dos PCDs na força de trabalho empregada estabilizou-se abaixo do patamar de 1% do estoque de emprego formal.

A concepção que a sociedade tem sobre a deficiência influencia nas relações sociais. Para Sassaki (1997) é necessário que a sociedade elimine todas as barreiras físicas e atitudinais para que as PCDs "possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional." (SASSAKI, 1997, p. 47). A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica. Portanto, segundo Oliveira (2001),devem-se levar em conta as potencialidades e as habilidades em vez de se analisar somente a limitação orgânica dessas pessoas. Do outro lado, as empresas

usam como justificativa para a não contratação de PCDs é a falta de qualificação das mesmas.

Goldstein (2007) ressalta que o ideal é que as ações sociais desenvolvidas pela sociedade civil, empresas e terceiro setor venham a complementar os deveres do Estado. Por fim, "quantas mais organizações promoverem a inclusão, mais cedo se iniciará a construção de uma comunidade que possa servir verdadeiramente os interesses de todos: uma sociedade inclusiva, mais justa e igualitária" (OLIVEIRA, 2001, p. 12).

Inclusão através do Desporto Adaptado

Maciel (2000) afirma que nos últimos anos, ações de educadores e de pais têm promovido a inclusão de PCDs na tentativa de resgatar o respeito humano e a dignidade, possibilitando o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade e minimizando as dificuldades impostas pela deficiência. Visto que, historicamente, as PCD são excluídas do convívio social, Mello (1997) afirma que pessoas com deficiência quase não são vistas em lugares públicos e quase nunca em situações que envolvem lazer. Faz-se necessário, segundo o autor, que as PCDs tenham acesso aos bens e serviços sociais, como educação, saúde, esporte, trabalho e lazer.

Para Mantoan et al (1997) a diversidade no meio social é "fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem" (MANTOAN et al., 1997, p. 7). E o esporte cria requisitos para os processos de integração. "Um dos aspectos inconfundíveis do esporte é o fato de gerar energias sociais como praticamente nenhuma outra área o faz." (MALINA; CESÁRIO, 2013, p. 74).

Em relação à participação de PCDs em aula de Educação Física, Falkenbach (2010), afirma que a maioria dos alunos com deficiência tende a ser excluída, porém, a participação nessas

aulas pode trazer muitos benefícios para os alunos PCDS, principalmente no desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, levando a uma criação de maior condição de consciência na busca pela independência.

A origem do desporto adaptado, para Araujo (1998), tem difícil localização no tempo. Data-se então, como início, o período pós 2º Guerra Mundial, quando vários governos implementaram serviços de reabilitação para o tratamento de combatentes, a fim de minimizar as sequelas deixadas pela guerra. Bier (2010), afirma que, ao longo da história, a prática de atividade física tem sido caracterizada como uma forte ferramenta de via inclusiva e reabilitativa para a população com deficiência. Malina e Cesario (2013) afirmam que "a junção entre Educação e esporte contribui para a aprendizagem da convivência (viver juntos, competir, cooperar), além da criação de laços afetivos e políticos entre os membros do grupo" (MALINA; CESARIO, 2013, p. 13).

Para Araujo (1998) o desporto pode ser visto de forma mais abrangente por seu praticante, como um caminho para o autoconhecimento, a superação de deficiências, a integração na sociedade, a autovalorização, a melhora orgânica e a oportunidade de se posicionar diante das dificuldades estabelecidas pelas suas dificuldades. Dentre essas dificuldades, a de acessibilidade é trazida por Bier (2010), tendo em vista que grande parte das construções são anteriores às leis de acessibilidade. Além da dificuldade de acesso aos espaços físicos, existem dificuldades de deslocamento, de assistência e atendimento pessoal que impossibilitam ou inviabilizam o acesso dessa população ao desporto. Da mesma forma, o desporto precisa estar de acordo com as condições do seu praticante. Acresce -se a isso, segundo Ribeiro (2016), a preocupação de que os equipamentos para a prática do esporte paraolímpico não devem ser simplesmente adaptados, mas incorporados à

sua estrutura fisiológica, além do fato dos equipamentos e as próprias regras do esporte não devem ser concebidos a partir de um olhar de fora, mas partir da realidade do atleta.

Projetos Sociais

Segundo Goldstein (2007), projetar é pensar adiante, traçar rumos. A autora traz a definição de projeto utilizada por Domingos Armani, que determina projeto como uma ação social planejada, com objetivos, resultados e atividades estruturadas, com limite de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo.

Ribeiro (2016) define como projeto social o espaço que "propicia uma socialização positiva, necessitando considerar a complexidade envolvida no processo de incorporação de comportamentos e valores" (RIBEIRO, 2016, p. 141), tendo como papel principal a inclusão social e estabelece elos necessários ao desenvolvimento pessoal e social dos participantes.

Goldstein (2007) distingue projeto de programa, embora os dois possuam objetivos únicos e precisos. O primeiro, no entanto, representa esforço temporário e com final pré-determinado, enquanto que o segundo é uma iniciativa de longo prazo e com metodologia já consolidada. A autora ainda afirma que os projetos sociais ganham força quando estão inseridos em programas mais amplos ou de políticas públicas.

Dentre as conquistas alcançadas pelos participantes de projetos sociais, Ribeiro (2016) ressalta: "desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social na vida do educando, favorecendo sua autonomia, liberdade de expressão, de pensar e se reconhecer como parte integrante de sua existência corporal e participativa" (RIBEIRO, 2016, p. 157). Além das conquistas individuais, Malina e Cesário (2013) destacam também que a igualdade de acesso aos direitos que constituem a cidadania e o respeito às diferenças sem discriminação levam à minimiza-

ção do preconceito em relação às diferenças étnicas, religiosas, culturais e de gêneros. Os autores apontam ainda que outro conceito a ser discutido em uma proposta de utilização do esporte em projetos sociais é o da cidadania; o intuito não é formar cidadãos pelo esporte, mas sim orientar o esporte como canal para a conscientização da responsabilidade social do praticante com a comunidade da qual faz parte, da possibilidade de mudanças possíveis, realizadas através do trabalho coletivo desses cidadãos.

Segundo Malina e Cesario (2013), a proposta metodológica a ser escolhida e desenvolvida em um projeto sócio-esportivo deve estar de acordo com as necessidades da comunidade e com os limites que podem ser alcançados no desenvolvimento do praticante no esporte, que pode, por vez gerar frustração nos mesmos. Uma das importâncias que adquire o esporte, quando praticado de forma orientada é o desenvolvimento de consciência dos limites do esporte na mobilidade social, em paralelo com os valores da sua prática.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza quanto aos objetivos como uma pesquisa descritiva, visto que identifica os impactos gerados em forma de inclusão social através do projeto da Associação X em participantes PCDs no CETE, em Porto Alegre. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa; onde foram utilizados questionários fechados dirigidos às PCDs e aos seus responsáveis, com conteúdos diferentes. Foi utilizada também entrevista com uma coordenadora e uma gestora do projeto. Ao mesmo tempo, foi utilizada a observação simples, definida por Gil (2010) como sendo aquela em que o pesquisador observa de maneira espontânea os fatos que ocorrem no ambiente de estudo mantendo-se alheio à comunidade, como coleta de dados. Após a observação, segue-se um processo de análise e

interpretação, onde confere a sistematização e o controle dos procedimentos científicos. Adequada a estudos qualitativos, como no caso deste trabalho, de caráter exploratório.

A pesquisa foi aplicada na Associação X, com sete alunos, três familiares (pais), uma coordenadora e uma gestora do projeto da Associação X, no CETE, na cidade de Porto Alegre, em três dias, nos meses de abril e maio de 2018. Os participantes foram voluntários, escolhidos de forma intencional, não foram avisados com antecedência nem pela pesquisadora e nem pela coordenadora do projeto. Polit e Beck (2011) definem essa amostra como sendo aquela em que o conhecimento do pesquisador sobre a população é usado para selecionar os membros da amostra. Os questionários foram aplicados de forma presencial enquanto as entrevistas foram realizadas uma de forma presencial (com a coordenadora do projeto) e a outra de forma virtual (perguntas e respostas encaminhadas via e-mail à gestora).

No desenvolvimento desta pesquisa foram utilizadas duas ferramentas para coleta de dados: uma entrevista com roteiro semi- estruturado com onze perguntas abertas direcionadas à coordenadora e à gestora da Associação X; e um questionário com perguntas fechadas, composto por dezesseis perguntas dirigidas aos responsáveis e aos alunos. Ambos os instrumentos foram idealizados pela autora. Além da utilização de pesquisa documental- site, rede social da Associação e a ata de participação do edital Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Rio Grande do Sul – CEDICA/RS, na busca de recursos oriundos do Fundo Estadual Para a Criança e o Adolescente – FECA, objetivando a viabilização de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes de forma direta e indireta.

Neste trabalho foi realizada a análise descritiva dos dados obtidos através do Apêndice B e C; é o resumo das informações

que foram coletadas em campo, compiladas sob análise com base na escala de Likert (consiste em várias declarações que expressam um ponto de vista sobre algum assunto). Foi utilizada também uma análise interpretativa, que para Polit e Beck (2011) é o processo de dar sentido aos resultados a partir dos dados científicos prévios, da teoria e da própria experiência do pesquisador. Desse modo se almeja encontrar as respostas para os objetivos propostos no presente artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A Associação X pesquisada é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2005, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, do desejo de um grupo de PCDs terem projetos e espaços para a prática de esportes. Criada a partir do grupo de basquete em cadeira de rodas, a associação passou a aumentar o número de alunos e modalidades assim como promover atividades de defesa dos direitos das PCDs como acessibilidade, inclusão em escolas e no mercado de trabalho.

A Associação X, segundo material retirado do site, da rede social (facebook) e de ata encaminhada pela gestora do projeto tem como missão fomentar o paradesporto no Estado do Rio Grande do Sul e transformar as PCDs em protagonistas na sociedade. A associação X tem como objetivos a promoção da empatia do movimento paraolímpico, estimular a participação e garantir os direitos das PCDs, de forma a lhes proporcionar uma vida digna e independente, além de melhorar as oportunidades de desenvolvimento e acesso sociocultural. A entidade completa 13 anos em 2018.

O projeto é desenvolvido em espaços cedidos, com materiais adquiridos através de pequenos convênios, de apoiadores, da reciclagem de materiais dos adultos, com frequência de duas vezes na semana, no contraturno escolar de crianças e

adolescentes oriundas da rede pública de ensino, das periferias da cidade e de abrigos para menores em situação de abandono.

Em 2013, o projeto recebeu recursos financeiros do projeto "Criança Esperança", que foram utilizados no custeio de transporte, recursos humanos e aquisição de materiais; no momento, o projeto não possui mais essa verba. Em 2015 o projeto se estabeleceu no Centro Esportivo do Estado do RS (CETE), no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, onde as atividades permanecem sendo realizadas.

Além do projeto do basquete em cadeira de rodas, a Associação X ainda possui projetos de outras modalidades como: vôlei sentado, natação, atletismo, bocha paraolímpico, rúgbi e tênis em cadeira de rodas dentre outras atividades voltadas à família das crianças e adolescentes participantes do projeto. O projeto contempla ainda aulas de iniciação paraolímpica, informática, oficina de música, atendimento psicossocial, preparação para o mercado de trabalho para crianças e adolescentes com deficiência, a partir dos quatro anos de idade, porém, no ano de 2018, a idade varia entre sete e 15 anos, entre 15 alunos em média que participam das atividades.

Levando em consideração os dados levantados na pesquisa foi realizada a análise dos resultados obtidos na pesquisa aplicada no período entre abril e maio de 2018, tendo em vista o recesso do projeto durante o período de férias escolares.

Segundo a gestora entrevistada o principal objetivo é a valorização da cidadania e promoção da inclusão social das PCDs, transformando-as em protagonista na sociedade. Revela ainda que as maiores dificuldades sentidas no projeto são a arrecadação de verbas para manutenção do projeto e a falta de uma sede própria para desenvolvimento das atividades. Neste caso específico, a falta de parceiros e dos poderes públicos engajados são dificultadores na expansão e na manutenção do projeto. Segundo Ashley et al (2006) existe uma urgência na

adaptabilidade das organizações em se adequar à nova realidade social responsável, cobrada e valorizada pelos públicos internos e externos, quando as organizações contribuem com a melhoria da qualidade de vida na sociedade.

Melo Neto e Froes (2001) afirmam que os retornos recebidos em organizações socialmente responsáveis criam maior motivação, autoestima e orgulho entre os participantes. Essa afirmação é complementada pelas respostas recebidas dos alunos, dos responsáveis por esses alunos do projeto e dos próprios gestores, que são unânimes ao afirmar que a participação no projeto proporciona maior autonomia nas ações dos alunos com deficiência, além de uma ação de reconhecimento, quando os alunos se veem iguais dentro das próprias diferenças.

Para Hollender (2006) existe uma contribuição, através das atividades propostas no projeto, para o bem-estar da sociedade (já que o projeto atende e multiplica informações e atenção às PCDs e seus familiares, à comunidade) num sentimento de empatia e generosidade. Portanto, há uma ênfase na solidariedade, priorização dos problemas sociais, geração de participação e redução das desigualdades sociais. Envolvem padrões, normas ou expectativas de comportamentos para atender aos diversos públicos, criando um maior envolvimento nas comunidades onde estão inseridas, contribuindo ao desenvolvimento econômico, humano e ambiental (MELO NETO; FROES, 2001).

A responsabilidade social, que segundo Ashley et al. (2006), deve ser orientada por valores e normas culturais significativos e representativos à sociedade com a qual se relaciona. Nesse caso, a Associação X, através das suas atividades, atua na melhora da qualidade de vida das crianças e adolescentes, assim como na qualidade de vida das suas famílias, promovendo atividades que permitam dar mais autonomia à vida dos alunos (que conforme entrevista com a coordenadora,

têm entre sete e 15 anos- as que participam efetivamente) e promovê-los ao protagonismo social, como pessoas atuantes e participantes da sociedade.

O retorno recebido, segundo a ótica da gestora, em relação ao projeto, às crianças e às famílias é de **"satisfação de ajudar na transformação no olhar das pessoas com deficiência e da sociedade sobre elas"**. Sobre essa afirmação, Melo Neto e Froes (2001) afirmam que as organizações socialmente responsáveis e cidadãs têm como características o alto comprometimento com a comunidade e seus funcionários conscientes incorporam os princípios da responsabilidade social da empresa e atuam como voluntários em projetos sociais, como é o caso da Associação X, que, segundo informação da coordenadora, em resposta à entrevista, tem seu quadro integral de professores voluntários. Os mesmos autores ainda trazem como característica das empresas socialmente responsáveis o fato delas atuarem em parceria com o governo. Uma das dificuldades para a manutenção do projeto destacada pela gestora é a falta de verba para contratação de recursos humanos e de uma sede própria, que é realizada através de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) realizado com intervenção de denúncia no Ministério Público. Ou seja, o Estado, embora constituindo inúmeras leis para oportunizar a igualdade de condições às PCDs, efetivamente não colabora com o projeto da Associação. Então, conforme Goldstein (2007), as ações sociais desenvolvidas pela sociedade civil, empresas e terceiro setor deveriam ser complementares às desenvolvidas pelo Estado. Somente com uma mudança de postura do Estado e da sociedade as oportunidades e a igualdade de direitos tão destacados em inúmeras leis será de fato garantida às PCDs.

Pode-se observar durante a pesquisa que o projeto tem o intuito principal de desmistificar a situação da PCD incapaz e dependente, a partir das atividades contempladas, tanto espor-

tivas quanto culturais e ações que envolvem inclusive a família dos alunos. Nas visitas às aulas do projeto, no CETE, pode-se verificar que os alunos são incentivados a todo o momento a serem cada vez mais independentes, a não depender de ajuda quando não for necessário, e produzem, cantam, dançam e praticam esportes (desenvolvendo também as habilidades motoras). Nos questionários, os pais afirmaram que ganharam mais tempo para exercer as atividades pessoais. Foi relatado pela coordenadora, que existem atividades elaboradas pela assistente social no projeto chamado de Família Acessível. O objetivo principal é a informação e conscientização acerca da autonomia, direitos, fortalecimento de vínculos e potencialidade dos alunos. Ou seja, toda a família envolvida nas ações de desenvolvimento das crianças, de forma a promover a troca de experiências, informações e conhecimentos, favorecendo uma maior compreensão das reais necessidades e capacidades dos próprios filhos.

Embora os pais respondentes da pesquisa tenham ratificado a importância da Associação X e das atividades oferecidas aos seus responsáveis, a fala da gestora contrapõe o que foi dito, em relação ao engajamento e a motivação dos pais na rotina de participação das atividades dos filhos: "**Na maioria dos alunos apenas um responsável se envolve com sua rotina, cuidados e interesse. Os responsáveis oferecem muita resistência ao desenvolvimento da autonomia dos alunos em todos os sentidos, demonstrando o aprendizado do assistencialismo provindo das informações hospitalares e das clínicas de reabilitação, por essa razão, a motivação é relativamente baixa**". Segundo Sassaki (1997) as PCDs atuam no papel desamparado e passivo de pacientes, considerados dependentes e incapazes de trabalhar afirmação que contribui com a declaração da gestora. Mello (1997) também contribui na afirmação da gestora, contrapondo a resposta dos pais, quando

afirma que as próprias famílias são despreparadas para lidar com as situações de resistência das pessoas e dos ambientes da sociedade em relação às PCDs.

Conforme observação da autora ao longo das visitas realizadas ao projeto, os alunos PCDs têm a possibilidade de desenvolver seus potenciais, suas habilidades e aptidões, dentro das suas limitações no projeto. Os professores e coordenadores incentivam constantemente a autonomia das crianças, criando condições para que os alunos saiam da invisibilidade. O objetivo de atuar como dono da sua própria vida, em ações que num primeiro olhar parecem simples, mas que delas se desenvolvem outras tão mais complexas, como o exemplo dado pela coordenadora na entrevista, por exemplo, a condução da cadeira de rodas feita pelo próprio cadeirante, se torna tarefa complexa. Quando um pai, mãe, responsável toma para si essa atividade, ele tira do próprio condutor a capacidade de lidar consigo mesmo, a noção de espaço e a coordenação motora também é afetada nesse processo. Carvalho (2007) identifica como barreira excludente a busca da 'normalidade', em vez da busca dos direitos das PCDs, da aceitação da diferença como mola propulsora para alcançar a igualdade de oportunidades, visto que o processo de exclusão é perverso e nem sempre visível.

A OMS afirma que a deficiência não é somente a impossibilidade temporária ou permanente de realizar determinadas tarefas, mas também a dificuldade ou falta de acesso aos principais serviços. Motta (2008) ressalta que à medida que se retiram os obstáculos, a deficiência diminui. O grande objetivo do projeto é ensinar as crianças a contornar esses obstáculos e torná-las fortes e independentes para a vida. Porém, o medo da mudança e do desconhecido justificam a permanência da situação de segregação a que estão submetidas as PCDs. Os pais respondentes afirmaram que os filhos sentem-se confortá-

veis ao participar do projeto pela possibilidade de inclusão e prática de esportes. As crianças, por sua vez, afirmam que no projeto fizeram amigos e se reconhecem neles, embora cada um apresente suas singularidades e limitações. Essas afirmações vêm ao encontro à Falkenbach (2010) que afirma que a prática da inclusão só se efetiva a partir da aceitação das diferenças individuais e do incentivo e promoção da valorização das pessoas e cooperação entre elas.

Falkenbach (2010) ainda valoriza a participação das PCDs nas aulas de Educação Física, pois traz muitos benefícios a eles, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, criando uma maior condição de consciência na busca da independência. Benefícios esses que são percebidos quando se chega ao CETE e se observa a participação das crianças nas atividades. A pesquisadora observou as aulas de basquete em cadeira de rodas, de música e de dança. Enquanto as crianças se divertem, aprendem, criam laços e compartilham experiências entre elas. Assim como é descrito pela gestora **"Os alunos demonstram paixão, desejo e percebem a necessidade. Muitas vezes os pais desistem e acabam retornando pela necessidade e tristeza e atrofiamento dos alunos ao se afastarem das atividades"**. Reforça a criação dos laços afetivos, da interação, da integração e do desenvolvimento de habilidades.

O projeto, no período da pesquisa, atendia em torno de 15 crianças e adolescentes que frequentam efetivamente o projeto, de sete a 15 anos de idade, de gênero variado, estudantes da rede pública de ensino, com aulas as quartas e aos sábados. Segundo a coordenadora, existe capacidade para atender muito mais crianças no projeto, porém, não há procura como gostariam que acontecesse. Além da baixa participação, porque algumas crianças não têm condições de deslocamento, existe a preferência pela participação em outras atividades como a

fisioterapia, por exemplo, e ainda existe a dificuldade de entendimento da participação dos alunos nas atividades pelos pais e responsáveis. Alguns não veem essa necessidade de contato dos filhos com atividades esportivas, lúdicas e culturais como as que são oferecidas no projeto, ainda que essas atividades sejam voltadas aos alunos e sejam respeitadas as condições de cada um. Além disso, as crianças se identificam, já que todas elas possuem alguma deficiência, sentem-se próximas, respeitadas e representadas, até mesmo porque o coordenador do projeto, também é um cadeirante, PCD.

Uma das atividades extraclasse, conforme informado pela coordenadora, oferecidas no projeto é de trazer crianças sem deficiência para confraternizarem e conhecerem de perto a realidade das crianças do projeto. Elas têm a oportunidade de sentar-se na cadeira de rodas e se aproximar dessa realidade, que geralmente está tão distante delas. A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica. Para Oliveira (2001) deve-se levar em conta as potencialidades e as habilidades em vez de se analisar somente a limitação orgânica dessas pessoas. Conhecer para perder o medo do desconhecido e afastar o preconceito e a discriminação. Além das PCDs atendidas mais pessoas são beneficiadas na medida em que se trabalha com o objetivo de dar visibilidade a elas na sociedade, incentivando a prática de várias atividades nas quais os alunos são incluídos, trazendo questionamentos e experiências relacionadas ao desenvolvimento e compreensão acerca das diferentes deficiências, num contexto positivo de saúde, exaltando as potencialidades de cada pessoa. Através da criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e jovens tenham acesso à prática esportiva, buscando possibilitar aprendizagens psicomotora, cognitivas, sociais e afetivas, compreendendo a prática esportiva como ação primária com objetivo futuro de autogeren-

ciamento da vida das PCDs e de se tornar um cidadão ativo, crítico, com autonomia e independência no meio social.

De acordo com a informação das respostas dos questionários respondidos por alunos e por responsáveis das crianças (que acompanhavam as atividades no dia da realização da pesquisa) todos informaram ter conhecido o projeto pela internet. A associação tem um site, páginas nas redes sociais (Instagram e facebook) que são alimentadas frequentemente com variadas informações a respeito das conquistas, retrocessos e atividades realizadas pela associação e pela sociedade de forma geral. O projeto visa dar continuidade ao trabalho com as famílias dos alunos de forma a promover a troca de experiências, informações e conhecimentos através de diversas atividades incluindo os familiares, favorecendo uma maior compreensão das reais necessidades e capacidades de seus filhos no que tange a questão das deficiências e da autonomia dos mesmos, proporcionando que as famílias possam ser esclarecidas sobre estas questões a partir de uma visão das potencialidades da pessoa com deficiência, desconstruindo preconceitos e mitos relacionados a estas. Para a gestora e a coordenadora do projeto, à medida que a autoestima e a autoconfiança das PCDs se elevam, cresce sua própria capacidade de se desenvolver como pessoas e como profissionais, havendo mais cidadãos empreendedores, confiantes e autônomos.

Durante uma das visitas realizadas no projeto, no aniversário de 13 anos da Associação, estavam presentes alguns pais de alunos/alunas e até o avô de um deles. Esses pais estavam responsáveis pelo deslocamento dos alunos até o CETE e depois levá-los de volta para casa. Dos pais que responderam a pesquisa, todos disseram que fazem os deslocamentos em veículos próprios e um deles apontou também fazê-lo em transporte coletivo. Como era um sábado, pode-se inferir que esse fato facilita a presença deles no projeto durante a manhã.

No outro dia em que foi feita observação dos alunos em aula, numa quarta-feira à tarde, somente três alunos estavam lá para as aulas. O número de alunos presente nas atividades oscila bastante; e existem algumas justificativas para isso. Desde a dificuldade de deslocamento porque algumas crianças dependem do transporte coletivo e o ônibus adaptado tem horários mais esparsos e nem sempre para ou atrasa, os pais dão preferência para atividades terapêuticas, que curam ou melhoram o desempenho dos filhos, como a fisioterapia, pela falta de alguém que possa levar ou acompanhar as crianças ao projeto enquanto os pais trabalham, dentre outras. Fala-se ainda da resistência de alguns pais em dar a devida importância ao objetivo principal do projeto, que é dar autonomia aos seus filhos. O projeto ainda oferece diversas atividades incluindo os familiares, que contribuem na melhor compreensão das reais necessidades e capacidades dos seus filhos, em relação à questão da deficiência e da autonomia dos mesmos, proporcionando que as famílias possam ser esclarecidas sobre estas questões a partir de uma visão das potencialidades das PCD, ajudando na desconstrução dos preconceitos e mitos que as estigmatizam.

Mantoan et al. (1997) apresentam algumas opiniões sobre educação integrada, das dificuldades e obstáculos que justificam a permanência da segregação e exclusão das PCDs. Os pais que não podem imaginar seus filhos nas escolas regulares; a Secretaria de Educação, que considera a integração de PCDs uma ação custosa financeiramente; os professores de escola regulares que não querem ter mais trabalho pelo salário baixo que recebem; as escolas regulares e os empregadores que estão livres de problemas e não sentem necessidade de mudanças e até mesmo as próprias PCDs que se submetem ao que é imposto pela sociedade, "desacostumando-se a falar por si mesmos e conformam-se com os espaços sociais". (MANTOAN et al.,

1997, p. 47). Assim, a sociedade, de forma geral, acredita que a mudança é onerosa demais e nem sempre estão dispostos a enfrentar essas dificuldades e permitir que as diferenças sejam superadas.

Embora haja dificuldades de deslocamento (a dependência do transporte coletivo, os ônibus que não param ou não passam, com horários esparsos ou mesmo os pais que não conseguem levar seus filhos às atividades), os pais que participaram da pesquisa afirmam ser muito importante a participação dos seus filhos no projeto, pois os filhos sentem-se bem e confortáveis, pela possibilidade de inclusão como um todo, e em especial, em atividades esportivas e pela sensação de inclusão sentida pelas crianças quando participam das atividades destinadas a elas. Ou seja, alguns pais já entenderam a importância da participação dos seus filhos no projeto, enquanto outros ainda não possuem esse entendimento e/ou não consigam participar mais como poderiam. Dos pais participantes da pesquisa, dois deles julgam a Associação X importante e um julga muito importante, assim como as atividades oferecidas são julgadas como muito importante por um pai e por dois, como importante. Segundo dois pais das crianças, o impacto das atividades do projeto para a construção do protagonismo dos seus filhos é muito importante e para o outro pai é considerado importante. Ou seja, as atividades desenvolvidas pela associação são influenciadoras no desenvolvimento da autonomia e protagonismo das crianças. Logo, segundo dois dos pais, a participação das crianças no projeto é muito importante para o próprio desenvolvimento. As atividades são desenvolvidas para todos, porém, todos não são iguais e isso é respeitado no grupo. Cada um com suas limitações, em busca do seu melhor, sempre.

Segundo as respostas de todos os pais das crianças do projeto que participaram da pesquisa, os filhos tornaram-se mais

independentes depois que começaram a participar do projeto, confirmando a importância das atividades e da participação dos filhos no projeto. Como consequência desse ganho de independência dos filhos, os pais afirmam que ganharam mais tempo livre para realizar as próprias atividades. O ganho de autonomia dos filhos reflete na vida dos pais, assim como no ganho de autoestima das crianças e de confiança no projeto.

As ações do projeto junto com a força de vontade dos alunos e da participação dos pais trabalham na diminuição das barreiras e na inclusão dessas crianças buscando, sobretudo a autonomia, a participação na sociedade e assim multiplicar a informação e através disso garantir que outras crianças e adolescentes na mesma situação possam também ser incluídas em condições de igualdade na sociedade e exercício seus direitos e sua liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão e a inclusão das PCDs na sociedade se propõem como base para elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das suas necessidades, adaptando aos sistemas sociais comuns, para uma interação natural na sociedade, reconhecendo a unidade na pluralidade e vice-versa. Quando um cidadão se propõe a refletir e debater sobre a inclusão está participando de forma efetiva para a construção de uma prática social menos segregacionista e menos preconceituosa, sendo que neste debate, destaca-se a importância da participação das próprias PCDs.

A presente pesquisa buscou identificar como as ações do projeto da Associação atuam na inclusão social das PCDs. Pode-se verificar que o projeto oferece várias atividades, dentre elas, aulas de música, dança e prática de esportes, além de atividades culturais e sociais que auxiliam na busca de

autonomia tanto nos movimentos quanto nas outras esferas da vida das crianças e de seus familiares.

As ações de responsabilidade social desenvolvidas no projeto são atividades voltadas para o desenvolvimento cognitivo, motor e social dos alunos PCDs, dentre elas, atividades esportivas, como o basquete de cadeira de rodas, bocha paraolímpica, informática, aulas de dança e de música, além de apoio sócio-pedagógico, como reforço escolar e palestras informativas sobre outras ações de desenvolvimento de ações voltadas às PCDs, tanto positivas quanto retrocessos nos direitos adquiridos. Além de toda informação que circula nas redes sociais do projeto.

Com base na percepção dos alunos em relação às ações de responsabilidade social praticadas no projeto e o que representam para eles, que foi um dos objetivos da pesquisa, os alunos do projeto sentem-se representados e se identificam entre eles, mesmo com as diferenças. Reconhecem a importância do projeto, pois através das atividades oferecidas tornaram-se mais independentes, autônomos e dispostos, embora elas não participem de todas as aulas.

Ao identificar a percepção das famílias dos alunos PCDs sobre as práticas realizadas pelo Projeto da Associação X se verificou que, embora os pais participantes da pesquisa considerem muito importantes as atividades realizadas no projeto, nenhum deles trabalha como voluntário no projeto e eventualmente acompanham seus filhos nas aulas do projeto. Alguns pais reconhecem a importância das atividades e a relevância delas no desenvolvimento social e cognitivo dos filhos (filhos mais independentes e autônomos) e ainda ganharam mais tempo para realizar suas atividades. Logo, pais e filhos reconhecem a importância do projeto em suas vidas. O objetivo do projeto é dar autonomia às crianças, tornando-as protagonistas de suas vidas e tornando-as parte ativa e integrante da socie-

dade da qual fazem parte. A integração, a reflexão e a prática da inclusão social dessas crianças se dá através de atividades esportivas e socioculturais, buscando mais qualidade de vida e minimizar as dificuldades impostas pela deficiência.

Como fator limitador na pesquisa a autora aponta o baixo número de participantes da pesquisa, pais e alunos, que dificultou apontar generalizações sobre o comportamento e a percepção dos mesmos em relação aos objetivos propostos no estudo. Outro ponto a ser destacado é o formato de questionário proposto pela autora para as crianças. Percebeu-se que as crianças tiveram dificuldades no entendimento do formulário, principalmente porque a maioria delas além da deficiência física, também possui alguma dificuldade neurológica. Para dar continuidade ao estudo, se deve buscar maiores dados referentes a dados socioeconômicos das crianças e dos pais, para relacionar com os motivos da falta de participação ativa tanto dos pais, quanto das crianças no projeto, assim como identificar o motivo da baixa procura de crianças que poderiam participar do projeto, passando pela sua divulgação, que pode ser considerada insuficiente.

O grande mérito do projeto como organização responsável é incentivar as crianças a se verem e se entenderem como parte integrante de uma sociedade, autônomos e protagonistas, donos de si e aptos a integrarem a sociedade, usufruindo todos os seus direitos e ajudando a conquistar uma vida mais digna. Buscar possibilidades diariamente de aprendizado, de crescimento e de independência, desenvolver habilidades intelectuais e motoras, na máxima capacidade de cada uma das crianças, dentro de suas limitações. Além da criação de vínculos afetivos e despertar de sonhos. Sentar-se em uma cadeira de rodas faz toda a diferença quando se quer discutir o reflexo dos obstáculos enfrentados por essas crianças e adolescentes do projeto da Associação X. Assim como discutir

políticas públicas sem a participação dos principais envolvidos, as PCDs, se torna simplesmente discussão política. A participação da família, dos professores e da sociedade de forma geral é imprescindível no processo de transformação e protagonismo social dessas crianças.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Janine Plaça; SCHMIDT, Andréia. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. **Rev. Bras. Educ. Espec.,** Marília, v. 12, n. 2, p. 241-254, ago. 2006.

ARAUJO, Paulo Ferreira. **Desporto adaptado no Brasil:** origem, institucionalização e atualidade. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/ INDESP, 1998.

ASHLEY, Patrícia Almeida et al.(Coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios.** São Paulo: Saraiva, 2005.

BIER, Evandro. **A acessibilidade de pessoas com deficiência física em centros esportivos da cidade de Porto Alegre.** 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Metodista - IPA, Porto Alegre, 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da pessoa com deficiência. **Diário Oficial da União,** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. **Diário Oficial da União,** Brasília, 1960. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. **RAIS - 2016.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de

Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed. Brasília: SDH, 2011. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/*site*s/default/files/publicacoes/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos "is". 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FALKENBACH, Atos Prinz. **Inclusão:** Perspectivas para as áreas da Educação Física, Saúde e Educação. Jundiaí: Fontoura, 2010.

GARCIA, Joana. **O negócio do Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GARCIA, Vera. Decreto atualiza nomenclatura do CONADE e substitui "portadores"**. Deficiente ciente**, 2010. Disponível em: <https://www.deficienteciente.com.br/decreto-atualiza-nomenclatura-do-conade.html> Acesso em: 15 out. 2017.

GARCIA, Vera. As pessoas com deficiência na história do mundo. Deficiente ciente, 2010. Disponível em:<https://www.deficienteciente.com.br/as-pessoas-com-deficiencia-na-historia-do-mundo.html> Acesso em: 15 out 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. **Responsabilidade social:** das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

HOLLENDER, Jeffrey; BREEN, BIll. **Muito além da responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm>. Acesso em: 12 out. 2017.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec.** São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, june 2000.

MALINA, Andre; CESARIO, Sebastiana. **Esporte:** fator de integração e inclusão social? 2. ed. Campo Grande: Ed UFMS, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Coord.). **A integração de pessoas com deficiência:** Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Senac .1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Carlos Alberto. Integração: uma Via de Mão Dupla na Cultura e na Sociedade. In: MANTOAN, Maria et al. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon, 1997. p. 10-22.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade.** 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa:** o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2001.

MOTTA, Lubianca Neves da. **Caminhos para a inclusão da pessoa com deficiência:** estudo de caso no SENAC/RS. 2008. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Normas sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.** Lisboa, 1993. (Cadernos SNR nº 3). Disponível em: <http://www.inr.pt/uploads/docs/Edicoes/Cadernos/Caderno003.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência.** Malta: OMS, 2012. Disponível em: <http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

REIS, Carlos Nelson dos. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?. **Rev. Econ. Contemp.,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 279-305, Ago. 2007.

RIBEIRO, Jerri Luiz. **Educação física inclusiva:** diferentes olhares sobre a inclusão social através da Educação Física e do Esporte. Porto

Alegre: Editora Universitária Metodista - IPA, 2016. V. 3.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Alex Oliveira da; ARAÚJO, Margarete Panerai. Responsabilidade social: inclusão social através da formação profissional. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 9., 2012, Novo Hamburgo. **Anais...** 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/40/2012_40_4813.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.